

**SUBSTITUTIVO AO PL Nº 7.082/2017, APROVADO PELA COMISSÃO DE  
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

**EMENDA DE PLENÁRIO**

Inclua-se no Substitutivo, onde convier, o seguinte dispositivo:

Art. X. A Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-A:

“Art. 16-A. O Conselho Nacional de Controle e Experimentação Animal (CONCEA) deverá incentivar o estudo de métodos alternativos ao uso de animais, adequar seus processos internos e adotar todas as medidas administrativas necessárias para reduzir ou eliminar a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica em todo o território nacional.”

**JUSTIFICATIVA**

No Brasil, até 2008, não havia norma ou lei que regulamentasse especificamente a utilização de animais para fins científicos. Apenas a partir da publicação da Lei nº 11.794/2008 o Brasil buscou impor limites a essa prática para buscar eliminar atos de crueldade e de maus-tratos em animais utilizados em experimentações e promover o aprimoramento de aspectos metodológicos e éticos de estudos científicos.

Atualmente já resta comprovado que a prática é dispensável, inclusive há inúmeras legislações internacionais e normas administrativas internas vedando a utilização de animais para testes na indústria de cosméticos. Alega-se a viabilidade de utilizar métodos de pesquisa substitutivos, bem como a possibilidade de erro



metodológico quando se pretende transferir interpretações obtidas a partir de testes em determinada espécie animal para outra diversa, como no caso da espécie humana.

A presente emenda tem como objetivo acompanhar a crescente consciência social sobre a necessidade de se evitar práticas cruéis contra animais, absolutamente desnecessárias diante do avanço do conhecimento científico.

**Deputada DUDA SALABERT**  
**PDT/MG**

